



Pregão Eletrônico SRP Nº 7005-2/2026-FME	Data de Abertura: 25/03/2026 às 10h00 no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br
---	--

Objeto:

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento integrado de materiais pedagógicos, formações continuadas, livros didáticos específicos, livros de questões, kits de provas preparatórias e acesso a portal educativo, destinados aos estudantes e professores do 4º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto de Moz, com foco no fortalecimento da aprendizagem, na recomposição das habilidades essenciais da BNCC e na preparação para a avaliação externa SAEB 2027.

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de Disputa	Critério de Julgamento
SIM	NÃO	ABERTO	MENOR PREÇO

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/ Dem.?	FUNDAMENTO LEGAL
NÃO	NÃO	SIM - LIVRO DIDÁTICO E PORTAL EDUCACIONAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	LEI Nº 14.133/2021

LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

O LICITANTE OU O CONTRATADO SERÁ RESPONSABILIZADO QUANDO NÃO CELEBRAR O CONTRATO OU NÃO ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO QUANDO CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DE SUA PROPOSTA, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO OU DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO SEM MOTIVO JUSTIFICADO, NÃO MANTER A PROPOSTA, SALVO EM DECORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, FRAUDAR A LICITAÇÃO OU PRATICAR ATO FRAUDULENTO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNICO OU COMETER FRAUDE DE QUALQUER NATUREZA, PRATICAR ATO LESIVO PREVISTO NO ART. 5º DA LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU NÃO ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNICO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES E MULTAS PREVISTAS NA LEI 14.133/2021, EM EDITAL E NO CONTRATO ALÉM DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.

Prazo para envio da proposta/documentação	
Até 2 horas após a convocação realizada pelo(a) Pregoeiro(a).	
Pedidos de Esclarecimentos	Impugnações
www.portaldecompraspublicas.com.br	www.portaldecompraspublicas.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO DE MOZ
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

Porto de Moz no rumo certo!



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 7005-2/2026-FME

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026-FME

DATA DA REALIZAÇÃO: 25/03/2026

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: às 10:00 (Horário Oficial de Brasília – DF)

LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br

A Prefeitura Municipal de Porto de Moz/PA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, no modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 012, de 12 de janeiro de 2024, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais atos normativos aplicáveis, e, ainda, de acordo com as disposições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

O Pregão Eletrônico SRP será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, a sessão pública de Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das Propostas de Preços e início da etapa de lances no dia, hora e endereço eletrônico discriminados nesse Edital.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao gestor municipal e propor a homologação. Na ausência ou impedimento do pregoeiro ou equipe de apoio indicados, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela administração municipal.

OBSERVAÇÃO:

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

PARA MELHOR FORMULAÇÃO DE SUA PROPOSTA, CONSIDERANDO ENCARGOS E PRAZOS PARA ENTREGA, VEJA A LOCALIZAÇÃO DESTES MUNICÍPIOS.

LOCALIZAÇÃO:

O município de Porto de Moz pertence a mesorregião Sudoeste Paraense e a microrregião Altamira

Localiza-se à [latitude](#) 01°44'54" [sul](#) e à [longitude](#) 52°14'18" [oeste](#)

Distância até a Capital: 416km (em linha reta)

Tendo em sua maioria seu acesso via fluvial.



LIMITES

Gurupá, Almeirim, Senador José Porfírio, Medicilândia e Vitória do Xingu.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento integrado de materiais pedagógicos, formações continuadas, livros didáticos específicos, livros de questões, kits de provas preparatórias e acesso a portal educativo, destinados aos estudantes e professores do 4º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto de Moz, com foco no fortalecimento da aprendizagem, na recomposição das habilidades essenciais da BNCC e na preparação para a avaliação externa SAEB 2027.

1.2. A licitação será realizada em LOTE ÚNICO, conforme tabela constante no Termo de Referência, tendo em vista a natureza integrada do objeto, a interdependência técnica entre os materiais pedagógicos, formações continuadas, simulados, livros e portal educativo, bem como as especificidades logísticas do Município de Porto de Moz, conforme devidamente justificado no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por LOTE, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação/Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz.

2.2. Será participante o(s) seguinte(s) órgão(s):

2.2.1. Fundo Municipal de Educação.

2.3. As regras referentes ao órgão gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.



3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.1.3. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Porto de Moz, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, mediante a apresentação dos documentos pertinentes, e também os que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;



4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.6. Não poderão participar também deste Pregão:

4.6.1. Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Prefeitura, durante o prazo da sanção aplicada;

4.6.2. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.6.3. Empresário impedido de licitar e contratar com a Administração, durante o prazo da sanção aplicada;

4.6.4. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

4.6.5. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.6.6. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.6.7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.6.8. Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.6.9. Empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;



4.6.10. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.6.11. Empresa cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de Agente público ou Gestor da administração pública municipal, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Porto de Moz em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes.

4.7. Será obrigatório a apresentação das consultas, junto a CGU, consolidada do TCU, junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora limite estabelecidas no referido sistema eletrônico, os licitantes deverão encaminhar, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, além de informado no campo disponível no sistema. Deverá anexar a via da proposta de preços em papel timbrado do licitante, registrada com assinatura digital padrão ICP-Brasil do representante legal da licitante, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação

5.2. O envio da proposta, exigidas neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de preços anteriormente inserida no sistema;

5.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



5.6. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. Serão desclassificadas propostas iniciais com valores que apresentem indícios de inexequibilidade, as quais ofereçam preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

6.4. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante, bem como não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitida para a licitação.

6.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.8. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.10. O lance deverá ser ofertado pelo Valor *Global do Lote*.

6.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.12. O licitante somente poderá oferecer lance ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.13. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,50 (cinquenta centavo).



- 6.14. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.15. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.19. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.22. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.24. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.25. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.26. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o



fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.27. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.28. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.29. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.30. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.31. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.32. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.33. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.33.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.33.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.33.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.33.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.34. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e produtos/serviços produzidos ou prestados por:



6.34.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.34.2 Empresas brasileiras;

6.34.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.34.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

6.34.5 A obtenção dos benefícios a que se refere este tópico fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.35. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.36. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e/ou negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

7.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

7.2.2. A proposta deve conter:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b) O preço **unitário e total para cada serviço e/ou produto cotado, especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;



- c) A **descrição do serviço e/ou produto cotado** de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- e) Preço unitário e total;
- f) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

7.2.3. Como condição para a aceitação da proposta, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar:

- I – amostra física dos livros destinados aos estudantes do Ensino Fundamental Menor; e
- II – amostra funcional do portal educacional, por meio de acesso demonstrativo ou ambiente de teste, contendo os recursos pedagógicos mínimos previstos no Termo de Referência.

7.2.4. As amostras serão submetidas à avaliação técnica eliminatória por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade exclusiva de verificar a conformidade do material didático e do portal educacional com as especificações constantes no Termo de Referência.

7.2.5. A avaliação da amostra do portal educacional poderá ocorrer por meio de demonstração presencial, acesso temporário, apresentação guiada ou outro meio equivalente que permita a verificação objetiva de suas funcionalidades pedagógicas.

7.2.6. A não apresentação de qualquer das amostras exigidas ou a reprovação na avaliação técnica implicará a desclassificação da licitante, procedendo-se à convocação da próxima classificada.

7.3. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 7.2.2, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

7.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

7.5. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

7.5.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

7.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.



7.7. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no **item 7.2**.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos no **item 8**.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina estabelecida no **item 8** deste edital, se for o caso.

7.11. A proposta original, com todos os requisitos do **item 7.2.2**, deverá ser encaminhada em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, ao protocolo da Prefeitura Municipal, sito a End. Rua 19 de Novembro, Centro - Cep: 68.330-000 Cidade de Porto de Moz, aos cuidados do Pregoeiro do Pregão Eletrônico SRP nº **7005-2/2026-FME**.

7.12. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta:

7.12.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

7.12.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

7.13. Caso necessário, o Pregoeiro poderá solicitar do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar a apresentação de amostra(s), que deverá(ão) ser apresentada(as) no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da solicitação, junto ao Órgão Solicitante, para conferência do produto/serviço com as especificações solicitadas no Termo de Referência:

7.13.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceitável(eis), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-



se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.14. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.14.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14.3. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

7.15. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;

7.16. Declaração do licitante de que desde já se compromete a cumprir o prazo de entrega rigorosamente em dia, sob pena de sofrer penalização desta Administração.

7.17. Todos os licitantes que tiverem suas ofertas regularmente aceitas deverão encaminhar proposta no prazo máximo de 2 (duas) horas por meio de campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação, juntamente com as seguintes documentações:

7.17.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, assim como declarar ocorrências supervenientes, assinadas por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o nº. da identidade do declarante.

7.17.2. Declaração autorizando a Prefeitura Municipal para investigações complementares que se fizerem necessárias.

7.17.3. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores.

7.17.4. Declaração de fidelidade e veracidade dos documentos apresentados.

7.17.5. Declaração de que concorda com os termos do edital.

7.17.6. Declaração de que a contratada possui, em seu quadro de funcionários, no mínimo, 5% de pessoas com deficiência ou declaração que possui menos de 20 (vinte) funcionários em seu quadro, nos termos da Constituição do Estado do Pará, art. 28, §6.



7.17.7. Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

7.17.8. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão.

7.17.9. Declaração de que a licitante obriga-se a garantir que o objeto desta licitação, serão fornecidos de acordo com as especificações definidas na proposta e no termo de Referência, respeitando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

7.17.10. Amostra e/ou Imagens em PDF das Capas e Sumários de cada um dos livros;

8. DO EMPATE:

8.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

8.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item 8.1, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

8.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso;

8.1.3. Não apresentada proposta na condição cima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (ou artigos de norma estadual ou municipal que discipline o tratamento diferenciado para MEs / EPPs).

8.1.6. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do item 8.2, e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.



8.1.7. O disposto nos subitens 8.1.1 a 8.1.5, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

8.2. Se o pregoeiro observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.2.1. Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;

8.2.2. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

8.2.3. Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;

8.2.4. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

8.2.5. Sorteio.

8.3. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.4. As consultas aos cadastros, devem ser apresentadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.



9.2. Os licitantes deverão apresentar as seguintes documentações relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

9.2.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual (Tributário e Não Tributária) e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

IV – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

V – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO DE MOZ**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

Porto de Moz no rumo certo!



VI – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao

V - Certidão Negativa de Débitos do Ministério do Trabalho Conforme artigo 5º§ único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos, A Certidão de Débitos Trabalhistas pessoa física e jurídica expedida pelo site <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam>

9.2.2.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

9.2.2.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

9.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

II - Certidão de Distribuição de Ações Cíveis no âmbito Federal de competência da unidade jurisdicional da sede da Licitante, em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar no documento, através do site: portal.trf1.jus.br/sjpa/

III – Certidão de Falência e Recuperação Judicial em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar no documento, através do site: [\(https://cnc.tjdft.jus.br/\)](https://cnc.tjdft.jus.br/)

IV – Balanço Patrimonial, juntamente com as suas Demonstrações Contábeis como a DRE, dos dois últimos exercícios social exigível, apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, acompanhado de cópia da Carteira de Identidade Profissional do contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, Certidão de Habilitação Profissional e Certidão Negativa de Débitos (CND) emitidas pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), CERTIFICANDO que o(a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil, de acordo com a Resolução nº 1.637/2021- CFC, Certidão Inteiro Teor, certidão específica e certidão específica de participação societária de arquivamento emitidas pela Junta Comercial, bem como as notas explicativas em



conformidade com o NBC TG nº 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009, bem como o art. 176 da Lei 6.404/1976, bem como no §4º do Art. 176 da Lei nº 6.404/76, juntamente com a certidão simplificada da Junta comercial do Estado da Licitante, devendo acompanhar as documentações acima aludidas e certidão específica de arquivamento e de participação societária emitidas pela Junta Comercial.

a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

9.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I. Prova de qualificação técnica, mediante apresentação de:

II. Comprovante de aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, por intermédio de, no mínimo 01 (uma) certidão(ões) e/ou atestado de capacidade técnica de fornecimento do objeto, incluindo serviços de alimentação, emitida(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, juntamente com a Nota Fiscal;

III. Declaração de exclusividade ou carta de exclusividade referente aos livros apresentados, emitida pela Câmara Brasileira do Livro-CBL ou pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros-SNEL; b) declaração dos autores dos livros de que prestam serviços de formação continuada para as respectivas editoras dos livros, com assinatura reconhecida em cartório.

IV. Em relação ao item "II" do parágrafo acima, o(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão), obrigatoriamente, possuir a relação do(s) produto(s) contendo no mínimo: descrição, unidade de medida e quantitativo(s) fornecido(s).

V. Declaração de que a contratada ficara obrigada a fornecer a formação continuada para nossos professores e acompanhamento pedagógico a serem realizados pelos autores, respectivamente para as disciplinas escolares de estudos amazônicos, português e matemática na rede municipal de ensino.



9.2.5. ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO

9.2.5.1. Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

9.3. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

9.3.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

9.3.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.3.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.3.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

9.3.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.3.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Prefeitura Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

9.3.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

- a) Da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e
- b) Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.3.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual no ano em curso, que saiu de sua condição de MEI no mesmo ano também estará dispensado dos itens citados em 9.3.5-a e 9.3.5-b. Mas para isso, deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Desenquadramento do SIMEI;
- b) Contrato de Transformação devidamente registrado junto ao órgão competente.
- c) Balanço de Abertura.



9.4. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

9.4.1. Os documentos exigidos para a habilitação ou/e documentação complementar se necessário, sob pena de desclassificação ou inabilitação do certame, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até 02 (duas) horas, exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.

9.4.2. Os documentos de habilitação serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário do(a) Prefeitura Municipal de Porto de Moz/PA, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, na forma do **item 7.102** deste Edital.

9.4.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos **em nome e CNPJ da matriz** ou todos **em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

9.4.4. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias (**itens 9.2.1, II, e 9.2.3, I**).

9.4.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.4.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

9.4.7. **No julgamento e avaliação das propostas em habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.**

9.4.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4.9. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.



- 9.4.10. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá promover diligências necessárias para averiguar a conformidade dos documentos apresentados, conforme normas legais.
- 9.4.11. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.
- 9.4.12. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme item 7.
- 10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos.
- 11.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 11.3. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.4. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer a sede da Prefeitura Municipal de Porto de Moz, sito a Rua 19 de Novembro, Centro - Cep: 68.330-000 Cidade de Porto de Moz, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 13:00hs.
- 11.5. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.



11.6. As razões e contrarrazões serão recebidas **via sistema (campo próprio disponibilizado) do Portal de Compras Públicas**, não serão recebidas e conhecidas razões de recurso e contrarrazões enviadas (fax, e-mail)

11.7. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informados a(o) Autoridade Competente para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.10. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário, o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua(s) convocação(ões), para assinar(em) a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair(em) do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. Alternativamente à(s) convocação(ões) para comparecer(em) perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor e dos licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, observada a ordem da última proposta



apresentada durante a fase competitiva, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. **O Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12(doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, conforme determina o art. 12, do Decreto Federal nº 7892/2013.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO

14.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.

14.2. O prazo de vigência e as condições de reequilíbrio e/ou revisão de preços, observarão as cláusulas contratuais ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

14.3. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação.

14.4. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal.

14.4.1. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, a Prefeitura Municipal poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.4.2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

14.4.3. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.5. O Termo de contrato **Anexo IV** deste Edital, ou instrumento equivalente, estabelecerá as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias.

14.6. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

14.7. Será designado um Fiscal para o contrato, que desempenhará as atribuições previstas na lei.

14.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Pregão.

14.9. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



15. DO REAJUSTE

15.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato ou outro instrumento, anexo a este Edital.

15.2. As contratações decorrentes desta Licitação poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 7.892 de 2013.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado até 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data final do período de adimplemento do fornecimento, mediante apresentação do relatório de consumo mensal, nota fiscal atestada pelo respectivo fiscal do contrato.

16.2. A nota fiscal deverá ser preenchida em nome do Órgão Solicitante, contendo CNPJ do mesmo:

16.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA na instituição por ela indicada – Banco, Agência, Conta Corrente indicado pelo contratado.

16.4. Para a efetivação do pagamento, devem ser adotados os seguintes procedimentos obrigatórios:

a) apresentação de nota fiscal ou fatura a ser encaminhada ao Departamento Financeiro do Município de Porto de Moz, Estado do Pará, sito a Rua 19 de Novembro, Centro - Cep: 68.330-000 CIDADE DE PORTO DE MOZ, do fornecimento do produto/serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao seu vencimento;

b) certificação (atesto) referente ao quantitativo do material e/ou serviço recebido, sob a responsabilidade do setor responsável pela fiscalização;

c) verificação da regularidade fiscal da Contratada quanto às certidões de regularidade fiscal exigidas na Habilitação, quais sejam:

I. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal, ou do Distrito Federal, compreendendo os seguintes documentos;

II. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei

VII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

16.5. O documento de cobrança deve ser apresentado em obediência aos seguintes requisitos:

a) emitido em nome do Órgão Solicitante;

b) dirigido ao setor responsável pela fiscalização do material recebido, para fim de conferência preliminar;

c) conter no campo com “descrição” as seguintes menções:

- Detalhar o objeto:

- Termo de Contrato nº.....

- Setor responsável:.....



- Nota de empenho:.....

16.6. O documento de cobrança não aprovado pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO DE MOZ - PA deve ser devolvido à empresa com as informações que motivaram sua rejeição.

16.7. A devolução do documento de cobrança em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspender o fornecimento do material a ser contratado.

16.8. A empresa deverá manter, durante todo o período de fornecimento do produto, a situação de regularidade junto a Contratante.

16.9. Na hipótese da empresa, por ocasião do pagamento pelo produto e/ou serviço fornecido, encontrar-se com cadastro vencido ou com pendência, no que diz respeito à Documentação Obrigatória, deverá apresentar documentação comprovando sua regularidade, não gerando advertência.

16.10. A persistência na situação prevista no parágrafo anterior por parte da empresa culminará com imputação das penalidades previstas em lei, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

16.11. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação de sua responsabilidade. Esse fato não será gerador de direito a atualização monetária.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Alicitante ficará impedida de licitar e contratar com a Administração e será descredenciada no SICAF, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

17.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não mantiver a proposta;

17.1.7. Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.



17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 17.1 acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.6.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.6.2. Multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

17.6.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.6.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.6.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

17.6.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.6.6. Também fica sujeito às penalidades a Contratada que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A impugnação poderá ser realizada somente no sistema eletrônico.

18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

19.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao (máximo dobro) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

19.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

19.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, nos dias úteis, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21. DOS ANEXOS:

21.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.1.1. ANEXO I - Termo de Referência;

21.1.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

21.1.3. ANEXO III – Minuta da ata de registro de preços;

21.1.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato.

Porto de Moz – PA, 06 de março de 2026.

DILCILENE TENORIO DE SOUSA
CAMPOS:30208041249
DILCILENE TENÓRIO DE SOUSA CAMPOS
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 084/2025/GAB/PMPMZ

Assinado de forma digital
por DILCILENE TENORIO
DE SOUSA
CAMPOS:30208041249



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DADOS DA SECRETARIA DEMANDANTE:

1.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

2. DA UNIDADE REQUISITANTE E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. O Município de Porto de Moz/PA, através da Secretaria Municipal de Educação, pretende, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.246/2022, no Decreto nº 11.462/2023, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, realizar a contratação de empresa especializada para fornecimento integrado de materiais pedagógicos, formações continuadas, livros didáticos específicos, livros de questões, kits de provas preparatórias e acesso a portal educativo, destinados aos estudantes e professores do 4º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto de Moz, com foco no fortalecimento da aprendizagem, na recomposição das habilidades essenciais da BNCC e na preparação para a avaliação externa SAEB 2027.

2.2. A contratação do referido objeto será realizada observando critério de MENOR PREÇO POR LOTE, considerando o fornecimento do produto/serviço, de forma parcelada pela Unidade Requisitante.

2.3. O detalhamento do objeto está especificado conforme tabela referência, componente deste Termo, cujo quantitativo atende às necessidades da Secretaria Municipal de Porto de Moz/PA.

3. DO OBJETO:

3.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento integrado de materiais pedagógicos, formações continuadas, livros didáticos específicos, livros de questões, kits de provas preparatórias e acesso a portal educativo, destinados aos estudantes e professores do 4º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto de Moz, com foco no fortalecimento da aprendizagem, na recomposição das habilidades essenciais da BNCC e na preparação para a avaliação externa SAEB 2027.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE E FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA:

4.1. O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) mede a qualidade da educação nas escolas públicas brasileiras. Sua nota é composta pelas médias das provas de Linguagens e Matemática do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), e pelo fluxo escolar. Além



de ser responsável por determinar as metas a serem alcançadas por cada município, o IDEB também é responsável por liberações e direcionamento de verbas federais para os municípios.

4.2. A SEMED de Porto de Moz, em parceria com empresas privadas, começou a realizar preparações específicas para as provas do SAEB de 2021, tais ações fizeram com que o município chegasse em sua maior nota em todo o seu histórico: 4,7 nos anos iniciais e 3,9 nos anos finais.

4.3. Já em 2022, o trabalho específico para o SAEB foi ampliado e permitiu com que o município alcançasse médias melhores em 2023, obtendo 5,5 para os anos iniciais e 4,5 para os anos finais.

4.4. Já para a prova de 2025, foram implementadas aplicação de simulados diagnósticos, formações docentes e ações iniciais de recomposição da aprendizagem. A análise dos resultados do ano de 2025, demonstrou avanços importantes na organização pedagógica, mas também evidenciou a necessidade de continuidade e ampliação do programa para garantir evolução consistente das proficiências até o ciclo avaliativo de 2027.

4.5. As avaliações diagnósticas internas realizadas em 2025 (PREMEdu, simulados preparatórios municipais, avaliações formativas das escolas) revelaram fragilidades persistentes nas habilidades essenciais de Língua Portuguesa e Matemática, especialmente leitura, interpretação, resolução de problemas, raciocínio lógico, operações básicas e análise de texto — competências avaliadas diretamente pelo SAEB. Os resultados oficiais de ciclos anteriores também indicam que Porto de Moz precisa consolidar estratégias consistentes para alavancar seus indicadores de proficiência e, conseqüentemente, seu IDEB.

4.6. Os materiais utilizados pelo município em 2025 foram direcionados às turmas do 5º ano, por se tratar do ano de aplicação do SAEB naquele ciclo. Embora tenham contribuído para organizar o processo pedagógico e oferecer um primeiro modelo estruturado de preparação, a experiência demonstrou que a intervenção exclusivamente no último ano do Ensino Fundamental é insuficiente para superar lacunas históricas de aprendizagem. Diante disso, a equipe pedagógica identificou a necessidade de iniciar o processo de recomposição e aprofundamento das habilidades da BNCC já no 4º ano, com materiais mais densos, sistematizados e progressivos, que articulem teoria, prática e treino real no formato SAEB, garantindo uma preparação antecipada, contínua e sem rupturas até 2027.



4.7. A continuidade do programa exige, portanto, a aquisição de livros didáticos específicos para o 4º ano, estruturados conforme a BNCC, alinhados às matrizes de referência do SAEB e organizados para apoiar tanto a recomposição quanto o desenvolvimento das competências de alta complexidade exigidas pelo exame. Esses materiais substituem recursos genéricos ou pouco aprofundados, ampliando a precisão pedagógica e garantindo que estudantes e professores tenham instrumentos adequados para elevar o desempenho.

4.8. Os resultados de 2025 também demonstraram a relevância dos simulados aplicados: eles permitiram monitorar a aprendizagem, identificar habilidades críticas e ajustar o planejamento escolar. Assim, a continuidade do uso de kits de provas, compostos por simulados padronizados e alinhados ao formato SAEB, é indispensável para acompanhar a evolução dos estudantes entre 2025 e 2027, garantindo intervenções precisas e redução gradativa das lacunas diagnosticadas.

4.9. A oferta de livros de questões nos moldes do SAEB e o acesso a portal educacional com videoaulas, resoluções comentadas, trilhas de aprendizagem e orientações para alunos e professores ampliam o alcance e o impacto do programa. Tais recursos favorecem a autonomia do estudante, fortalecem o estudo contínuo e auxiliam o professor no planejamento e na intervenção pedagógica baseada em evidências, sobretudo em um município com limitações de acesso a materiais atualizados.

4.10. O acesso a materiais digitais, como videoaulas, trilhas de aprendizagem, resoluções comentadas, bancos de questões e orientações pedagógicas, amplia significativamente o alcance e a efetividade do processo de preparação dos estudantes para o SAEB. Em municípios com grandes distâncias geográficas e limitações logísticas, como Porto de Moz, os recursos virtuais garantem continuidade de estudo mesmo fora do ambiente escolar, permitindo que os estudantes reforcem conteúdos, revisem habilidades específicas e desenvolvam autonomia no aprendizado. Para os professores, o portal virtual representa uma ferramenta estratégica para planejamento de aulas, análise de desempenho das turmas e escolha de intervenções pedagógicas mais adequadas. Esses materiais complementam os livros impressos, diversificam os estímulos de aprendizagem e asseguram que todas as escolas, urbanas, rurais e ribeirinhas, tenham acesso equitativo a recursos atualizados e alinhados à BNCC.

4.11. A formação continuada das equipes escolares permanece como eixo estruturante. A LDB, o PNE, o Fundeb e as Diretrizes da Educação Integral reforçam a obrigatoriedade de



formação docente. Em 2025, as formações foram fundamentais para orientar o uso dos materiais e interpretar os resultados diagnósticos; para 2026–2027, torna-se ainda mais necessário aprofundar esse processo, garantindo alinhamento entre ensino, avaliação e recomposição da aprendizagem.

4.12. A formação continuada conduzida diretamente pelos autores dos livros didáticos e pelos elaboradores dos simulados representa um diferencial pedagógico essencial para a qualidade da implementação do programa. Esses profissionais têm domínio integral da concepção teórica, metodológica e avaliativa dos materiais, o que permite uma formação mais precisa, contextualizada e alinhada às necessidades reais dos professores. A participação dos autores garante que os docentes compreendam a lógica de progressão das habilidades, os critérios de elaboração de itens no formato SAEB, a matriz de referência, os níveis de proficiência e as estratégias de intervenção recomendadas. Além disso, assegura coerência entre o uso dos livros, a análise dos resultados dos simulados e o planejamento das aulas, fortalecendo a efetividade da recomposição da aprendizagem e elevando a capacidade da rede de obter melhores resultados no SAEB 2027.

4.13. Além disso, as particularidades territoriais e logísticas de Porto de Moz, incluindo longas distâncias, escolas ribeirinhas e deslocamento fluvial, reforçam a necessidade de que todos os materiais, livros, simulados, formações e recursos digitais sejam fornecidos de forma integrada e padronizada. Esse modelo previne desigualdades entre escolas urbanas, rurais e ribeirinhas e garante que todas recebam insumos idênticos, sem variações de qualidade ou atrasos, mantendo a equidade pedagógica como princípio central.

4.14. A experiência de anos anteriores demonstra que a contratação fragmentada gera riscos significativos, como atrasos, incompatibilidades entre materiais, divergências de cronogramas e dificuldades de responsabilização, problemas que comprometem diretamente o processo de preparação para o SAEB. A contratação integrada, em lote único, mostrou-se mais eficiente, segura e compatível com as necessidades logísticas e pedagógicas do município.

4.15. Assim, a continuidade e ampliação do programa iniciado em 2025, com a aquisição dos livros específicos, livros de questões, kits de provas, portal educacional e formações continuadas, configuram medida necessária, estratégica e plenamente alinhada às normativas vigentes e às metas de melhoria do IDEB. A contratação proposta assegura coerência metodológica, qualidade pedagógica e eficiência administrativa, contribuindo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO DE MOZ**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

Porto de Moz no rumo certo!



diretamente para elevar o desempenho dos estudantes no SAEB 2027 e fortalecer a aprendizagem no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

4.16. A adoção do lote único para esta contratação é medida essencial para garantir coerência metodológica, padronização pedagógica e eficiência operacional em todas as etapas do programa de preparação para o SAEB 2027. Como o objeto envolve elementos interdependentes, livros didáticos específicos de Língua Portuguesa e Matemática, livros de questões, kits de simulados, portal virtual e formações continuadas com os próprios autores, sua fragmentação entre diferentes fornecedores resultaria em riscos elevados de incompatibilidades entre materiais, divergências metodológicas, cronogramas desalinhados, atrasos nas entregas e dificuldades de responsabilização. Em Porto de Moz, cujas características territoriais incluem longas distâncias, escolas ribeirinhas e logística fluvial, qualquer desarticulação entre fornecedores compromete diretamente o funcionamento das formações e o uso adequado dos materiais.

4.17. O lote único assegura integração plena entre os componentes do programa, evita retrabalho administrativo, reduz custos indiretos, aumenta a eficiência do gasto público e garante equidade pedagógica entre todas as escolas da rede. Assim, a contratação integrada atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade previstos na Lei nº 14.133/2021, além de estar alinhada às melhores práticas defendidas pelos tribunais de contas quando há interdependência técnica e necessidade de unidade pedagógica.

4.18. Registra-se que a adoção do lote único não representa qualquer majoração artificial de custos, uma vez que os itens são interdependentes e complementares, compondo um conjunto único de soluções pedagógicas integradas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.19. O município de Porto de Moz apresenta especificidades geográficas, sociais e logísticas que impactam diretamente a execução das ações pedagógicas e das formações continuadas. Trata-se de um território extenso, majoritariamente ribeirinho, com escolas distribuídas ao longo de rios, igarapés e comunidades rurais de difícil acesso. Essas condições impõem à gestão municipal a necessidade de planejamento integrado e logística unificada para garantir que professores de todas as regiões possam participar adequadamente das formações e utilizar os materiais preparatórios para o SAEB.

4.20. Regiões como o Alto Guajará são exemplos de pontos cuja localização exige deslocamento exclusivamente fluvial ou terrestre complexo, sujeito a variações climáticas, ao



regime de cheias e secas dos rios e à disponibilidade de embarcações. Em diversos períodos do ano, o acesso torna-se ainda mais restrito, o que dificulta significativamente a participação regular e pontual dos profissionais da educação em formações presenciais organizadas pela Secretaria Municipal de Educação.

4.21. Nessa realidade, grande parte dos professores que atuam em áreas rurais e ribeirinhas precisa viajar longas distâncias para chegar à sede municipal. Muitos iniciam o deslocamento ainda de madrugada e, devido aos horários limitados do transporte e às condições dos rios, não conseguem retornar às suas comunidades no mesmo dia. Essa situação torna indispensável um processo formativo organizado, com cronogramas integrados e plena disponibilidade de materiais pedagógicos no dia do evento.

4.22. A permanência prolongada desses profissionais na sede municipal exige acolhimento logístico adequado, oferta de alimentação e organização unificada das etapas da formação, garantindo participação digna e produtiva. Trata-se de uma necessidade operacional decorrente das características territoriais de Porto de Moz, e não de uma conveniência administrativa.

4.23. Apesar dos esforços da equipe pedagógica, experiências anteriores demonstraram que a contratação fragmentada, com diferentes fornecedores responsáveis por materiais didáticos, livros de questões, simulados, infraestrutura de formação e recursos pedagógicos, provocou prejuízos recorrentes à continuidade das ações formativas. Esses problemas afetaram diretamente a qualidade da preparação dos estudantes para avaliações externas.

4.24. Entre os principais problemas já identificados com contratações separadas destacam-se:

- Desalinhamento de cronogramas, quando o atraso de um fornecedor comprometia toda a cadeia de entrega de produtos e serviços;
- Falta de padronização e incompatibilidade entre livros, simulados e formações;
- Falhas logísticas que resultaram na ausência de materiais ou de alimentação para professores de regiões distantes;
- Distribuição fragmentada, com materiais chegando em datas diferentes e sem integração metodológica;
- Dificuldade de responsabilização, pois a falha de um fornecedor comprometia a execução dos demais, sem uma gestão centralizada.



4.25. Esse histórico demonstra que a contratação fragmentada não atende às necessidades do município e prejudica a execução de programas estruturados de preparação para o SAEB, especialmente quando se busca recompor aprendizagens e elevar os indicadores de proficiência no IDEB.

4.26. Considerando as particularidades territoriais e as exigências metodológicas do processo de preparação antecipada para o SAEB 2027, verifica-se que o modelo descentralizado não é capaz de garantir coerência pedagógica, eficiência logística e economicidade. Porto de Moz necessita de uma solução integrada que unifique materiais, simulados e formações, possibilitando continuidade e articulação entre todas as ações do programa.

4.27. A solução mais adequada é a contratação integrada, em lote único, de empresa especializada capaz de fornecer os livros didáticos específicos, os livros de questões, os kits de simulados, o portal digital e as formações continuadas com os próprios autores dos materiais, assegurando unidade metodológica e gestão centralizada.

4.28. A contratação em lote único reduz significativamente riscos de desarticulação entre fornecedores, elimina incompatibilidades entre metodologias e conteúdos, otimiza o uso dos recursos públicos e evita fragmentação financeira e administrativa. Além disso, garante que os materiais cheguem no tempo adequado para que as escolas desenvolvam, de forma contínua, o processo de recomposição da aprendizagem e preparação para o SAEB 2027.

4.29. A centralização também assegura condições equitativas para os professores das regiões ribeirinhas e rurais, garantindo disponibilidade imediata dos materiais nas formações e permitindo que todos recebam orientações uniformes, independentemente da distância ou das dificuldades de acesso.

4.30. Em anos anteriores, a SEMED permitia que as empresas vencedoras indicassem palestrantes livres para ministrar formações baseadas nos materiais adquiridos. Contudo, essa prática resultou em problemas recorrentes, como:

- Palestrantes que não dominavam plenamente o conteúdo dos materiais;
- Formação desvinculada da lógica de estruturação da obra;
- Baixa qualidade percebida pelos docentes e coordenações pedagógicas.

4.31. A partir dessa realidade, e ainda na gestão anterior (desde 2021), a SEMED passou a exigir que as formações fossem conduzidas por quem idealizou a obra: os próprios autores, ou seja, aqueles que:



- Compreendem em profundidade a proposta didática;
- Sabem como o material deve ser articulado ao longo do processo de ensino-aprendizagem;
- Conseguem dialogar diretamente com a prática docente, traduzindo a intenção pedagógica da obra em ações efetivas em sala de aula.

4.32. Dessa forma, a adoção do lote único encontra amparo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021. Também está alinhada à jurisprudência dos tribunais de contas, que autorizam contratações integradas quando há demonstração clara de interdependência técnica entre os itens e risco operacional comprovado na fragmentação.

4.33. Portanto, a contratação em lote único apresenta-se como a única alternativa capaz de atender integralmente às necessidades pedagógicas, logísticas e administrativas do município de Porto de Moz, garantindo qualidade, segurança e eficiência na implementação do programa preparatório para o SAEB 2027. A medida se justifica pela inviabilidade técnica do parcelamento, nos termos do art. 40, § 3º, I, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a separação dos itens comprometeria a coesão e a eficácia da solução educacional pretendida.

4.34. Todas as especificações técnicas foram redigidas de forma ampla, objetiva e não restritiva, assegurando ampla concorrência e participação de empresas capacitadas para executar integralmente o objeto contratado, em conformidade com o princípio da competitividade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

5. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:

5.1. A identificação das soluções disponíveis no mercado constitui etapa indispensável para orientar a decisão administrativa, conforme estabelece o art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Para este objeto — que compreende formações continuadas, livros didáticos específicos para o 4º ano (Língua Portuguesa e Matemática), livros de questões, kits de simulados e acesso a portal digital preparatório para o SAEB — a análise deve considerar não apenas o fator preço, mas também coerência pedagógica, qualidade autoral, integração entre materiais, padronização metodológica, domínio técnico sobre matrizes SAEB e viabilidade logística.

5.2. Esses critérios são essenciais para a observância do princípio da eficiência, previsto no art. 5º da mesma Lei, e para garantir que a solução contratada seja, de fato, a mais vantajosa para a Administração.

5.3. Também são fundamentais para evitar fragmentação de conteúdo, incompatibilidade entre materiais impressos e simulados, ausência de alinhamento pedagógico e eventuais



apontamentos de direcionamento, conforme fundamenta o parecer técnico anexado. Após levantamento preliminar das possibilidades de mercado, identificam-se as seguintes alternativas:

5.4. Contratação de empresa especializada para fornecer, de forma integrada, formações, livros didáticos, livros de questões, kits de simulados e portal digital (OPÇÃO 1):

5.4.1. Vantagens:

- a) Coerência pedagógica e metodológica, garantindo alinhamento integral entre livros, simulados, banco de questões, portal digital e formações, uma vez que os formadores são os próprios autores dos materiais. Isso evita contradições internas e assegura unidade conceitual no processo preparatório.
- b) Padronização da progressão curricular, permitindo que os livros, os livros de questões e os simulados reproduzam a mesma linha metodológica, organizados conforme a BNCC, as matrizes de referência do SAEB e as metas de proficiência para o 4º ano.
- c) Integração entre materiais impressos e virtuais, assegurando que videoaulas, orientações digitais e simulados online acompanhem os conteúdos dos livros, fortalecendo a continuidade do estudo em escolas urbanas, rurais e ribeirinhas.
- d) Logística centralizada, essencial para Porto de Moz, onde longas distâncias e deslocamento fluvial exigem entrega sincronizada dos materiais e realização das formações com todos os insumos disponíveis no mesmo momento.
- e) Redução da complexidade administrativa, evitando múltiplos contratos, compras separadas, divergências entre fornecedores e sobrecarga nos processos de fiscalização e controle, problemas já vivenciados pelo município em anos anteriores.
- f) Maior segurança jurídica, pois a contratação integrada, justificada pela interdependência técnica, encontra amparo no art. 40, §3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que permite o não parcelamento do objeto quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendarem a compra do item do mesmo fornecedor. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) corrobora essa visão, ao admitir a adjudicação por preço global quando há necessidade de garantir a homogeneidade e a padronização do objeto, como no caso no TCU — RP 45062022. O referido julgado reforça que o planejamento deve considerar o custo para a Administração de gerir vários contratos frente à possível economia decorrente da divisão do objeto.

5.4.2. Desvantagens:



- a) Investimento inicial mais elevado do que aquisições fragmentadas, ainda que compensado por maior eficiência pedagógica e menor retrabalho administrativo.
- b) Dependência técnica de um único fornecedor para atualizações futuras de conteúdo, considerando que a unidade metodológica deve ser mantida para garantir coerência entre materiais, simulados e formações.

5.5. Compra direta de materiais e contratação de formadores independentes (OPÇÃO 2):

5.5.1. Vantagens:

- a) Flexibilidade na seleção de materiais didáticos e profissionais formadores.
- b) Possibilidade de negociar preços diretamente com fornecedores.

5.5.2. Desvantagens:

- a) Alta complexidade operacional, exigindo gestão simultânea de fornecedores diferentes, cronogramas distintos e especificações técnicas divergentes.
- b) Risco elevado de inconsistência pedagógica, com materiais que não dialogam entre si, contrariando o entendimento do parecer, que reforça a necessidade de coerência entre materiais e formações.
- c) Falta de integridade metodológica entre livros, kits de provas, livros de questões, portal e formação, prejudicando o alcance dos objetivos educacionais.
- d) Dificuldade de alinhar conteúdos práticos às orientações teóricas dos livros e formações.

5.6. Parcerias com Instituições de Ensino ou Entidades Educacionais (OPÇÃO 3).

5.6.1. Vantagens:

- a) Redução de custos através de colaboração e compartilhamento de recursos.
- b) Possibilidade de estabelecer redes de apoio e cooperação educacional para projetos futuros.

5.6.2. Desvantagens:

- a) Incapacidade de fornecer solução completa (livros, formações e logística), o que inviabiliza a integração necessária.
- b) Dificuldade de alinhar prazos e agendas institucionais ao calendário anual da Secretaria, conforme ocorre em outros contratos analisados.
- c) Necessidade de acordos complexos e demorados, além de risco de ausência de entregas padronizadas ou materiais em formato adequado.

5.7. Implementação de recursos educacionais online (OPÇÃO 4):

5.7.1. Vantagens:



a) Acesso ampliado a formações e materiais, especialmente para professores e alunos das comunidades mais remotas.

b) Flexibilidade de horários para os participantes.

5.7.2. Desvantagens:

a) Limitações na interação presencial, essencial para a capacitação prática de docentes e implementação de projetos pedagógicos.

b) Dependência de infraestrutura tecnológica e conectividade, ainda limitada em muitas áreas do município.

5.8. Solução escolhida: Após análise comparativa, conclui-se que a opção 1, contratação de empresa especializada para ofertar solução integrada, é a única capaz de atender plenamente às necessidades pedagógicas e operacionais do Município. A divisão em lotes comprometeria a coerência técnica e geraria riscos logísticos e operacionais já comprovados em contratações anteriores, de modo que a contratação integrada se apresenta como a única solução capaz de atender ao interesse público.

5.9. Empresas especializadas possuem capacidade técnica e operacional para oferecer um pacote completo e totalmente integrado, reunindo, em um único fornecedor, o desenvolvimento e fornecimento dos materiais didáticos, a realização das formações presenciais, o suporte pedagógico necessário e toda a logística envolvida, incluindo transporte, alimentação, hospedagem dos formadores, montagem de espaço, ambientação, entrega dos materiais e organização do evento. A centralização dessas etapas em uma única empresa reduz significativamente a complexidade de gestão do contrato, evita incompatibilidades metodológicas entre fornecedores distintos, previne falhas de comunicação e garante maior eficiência, uniformidade técnica e consistência na execução das ações educacionais.

5.10. Suporte Técnico e Pedagógico: Uma empresa especializada na produção de materiais didáticos pode prover todo assessoramento pedagógico relacionado a eles, bem como, enviar os autores para falar diretamente com os professores desta Prefeitura.

5.11. A empresa responsável pelas formações será responsável também, devendo prestar suporte no que ela tem expertise. Embora o custo inicial possa ser mais elevado, essa solução é a mais eficaz para garantir que as ações educacionais planejadas para 2026 sejam realizadas com alta qualidade e impacto positivo a longo prazo.



5.12. A abordagem integrada atende as demandas específicas de Porto de Moz, fortalecendo a abordagem direcionada aos objetivos didáticos e a excelência educacional no município.

6. ESTRUTURA DE LOTES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

6.1. Para garantir a execução eficiente, articulada e metodologicamente coerente das ações previstas neste ETP, todos os itens foram organizados em um único lote. A integração entre livros didáticos, livros de questões, kits de simulados, portal digital e formações continuadas assegura que os mesmos autores e elaboradores responsáveis pelos materiais sejam também os formadores dos docentes, garantindo alinhamento conceitual e pedagógico em todas as etapas do programa.

6.2. Esta decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, que estabelece que “é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais de licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala”. No presente caso, o parcelamento acarretaria manifesto prejuízo ao conjunto, dada a intrínseca conexão técnica e pedagógica entre os itens.

6.3. A doutrina administrativista, a exemplo de Marçal Justen Filho, defende que a licitação deve ser modelada para atender a uma necessidade administrativa específica, e não para se adaptar a uma estrutura de mercado. Se a necessidade é de uma solução integrada, a licitação deve buscá-la.

6.4. Assim, a contratação integrada atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade previstos na Lei nº 14.133/2021, além de estar alinhada às melhores práticas defendidas pelos tribunais de contas quando há interdependência técnica e necessidade de unidade pedagógica.

6.5. Registra-se que a adoção do lote único não representa qualquer majoração artificial de custos, uma vez que os itens são interdependentes e complementares, compondo um conjunto único de soluções pedagógicas integradas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

6.6. Essa estrutura integrada permite maior especialização técnica, qualidade na execução das atividades e adequação ao contexto educacional e logístico de Porto de Moz, evitando fragmentação, divergências metodológicas e dificuldades operacionais comuns em contratações distribuídas entre múltiplos fornecedores.

6.7. FORMAÇÃO CONTINUADA PARA FUNDAMENTAL MENOR – ITEM 1:



6.8. A formação continuada destinada aos professores que atuam no Ensino Fundamental – Anos Iniciais consiste em um encontro formativo com carga horária de até dezesseis horas, realizado em até dois dias consecutivos ou distribuídos ao longo do calendário formativo da Secretaria Municipal de Educação. A formação poderá ocorrer no formato de palestras, oficinas pedagógicas, estudos de caso, análises de itens do SAEB, simulações práticas, mesas redondas ou atividades investigativas, conduzidas diretamente pelos autores dos livros didáticos, elaboradores dos simulados e especialistas no ensino de Língua Portuguesa e Matemática alinhado à BNCC e às matrizes de referência do SAEB.

6.9. O serviço inclui a contratação dos palestrantes/formadores, compreendendo despesas com transporte aéreo ou terrestre, deslocamentos internos, hospedagem, alimentação e honorários profissionais. Também contempla toda a estrutura necessária para execução do evento, incluindo serviço de alimentação para até 400 participantes, água, café, sucos, material gráfico (pastas, blocos, fichas, certificação), ornamentação temática, ambientação pedagógica, e suporte audiovisual completo (som, microfones, projetores, telas e demais equipamentos necessários).

6.10. A formação abordará:

- análise das habilidades prioritárias para recomposição da aprendizagem;
- estudo das matrizes de referência do SAEB para Língua Portuguesa e Matemática;
- interpretação pedagógica dos resultados dos simulados;
- estratégias de intervenção baseadas em evidências;
- uso adequado dos livros didáticos, livros de questões e kits de simulados;
- práticas de resolução de itens no formato SAEB;
- planejamento de rotinas de estudo e intervenções contínuas para o 4º e 5º anos.

6.11. Também serão fornecidos brindes pedagógicos e materiais personalizados aos participantes (como camisetas, ecobags, canetas ou kits de estudo), valorizando os profissionais e estimulando o engajamento nas ações formativas.

6.12. A formação continuada tem como objetivo qualificar o trabalho docente, fortalecer a recomposição da aprendizagem, promover o uso integrado dos materiais contratados, orientar a prática pedagógica baseada em evidências e preparar as equipes escolares para elevar as proficiências dos estudantes no SAEB 2027. Busca-se, ainda, padronizar procedimentos, ampliar a segurança metodológica da rede e garantir que todos os



professores — inclusive os das comunidades rurais e ribeirinhas — recebam formação de igual qualidade.

6.13. LIVRO DIDÁTICO SAEB DE MATEMÁTICA PARA O FUNDAMENTAL MENOR – ITEM 2:

6.14. O Livro Didático SAEB de Matemática para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais (com foco no 4º ano) deve apresentar organização didática progressiva, com conteúdos estruturados conforme as habilidades essenciais da BNCC e as Matrizes de Referência do SAEB. O material deve contemplar sequências didáticas claras, atividades práticas, resolução de problemas, exercícios contextualizados e itens modelo SAEB, assegurando recomposição da aprendizagem e desenvolvimento das competências matemáticas necessárias para o ciclo avaliativo nacional.

6.15. O livro deverá contemplar, no mínimo, os seguintes eixos e habilidades da BNCC para o 4º ano:

6.16. Números e Operações

- EF04MA01 – Compreensão do sistema de numeração decimal.
- EF04MA02 – Cálculo mental e estratégias de adição e subtração.
- EF04MA03 – Multiplicação e divisão.

6.17. Álgebra / Pensamento Algébrico

- EF04MA07 – Padrões, regularidades e sequências.

6.18. Geometria

- EF04MA10 – Figuras geométricas planas.
- EF04MA11 – Perímetros e medidas de comprimento.

6.19. Grandezas e Medidas

- EF04MA16, EF04MA17 – Medidas de tempo, massa, comprimento e capacidade.

6.20. Probabilidade e Estatística

- EF04MA20, EF04MA21 – Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.

6.21. Raciocínio Lógico e Resolução de Problemas

6.22. Habilidades transversais relacionadas:

- Elaboração de estratégias,
- Análise de situações-problema,
- Justificativa matemática.

6.23. O livro deve oferecer:



- itens inéditos no formato SAEB;
- atividades e trilhas de recomposição das aprendizagens essenciais;
- problemas contextualizados ao cotidiano dos estudantes da rede pública;
- seções de autoavaliação, retomada e estudo orientado;
- integração com os livros de questões e simulados previstos no ETP.

6.24. O material deve desenvolver as Competências Gerais da BNCC, especialmente:

- CG2 – Pensamento científico, crítico e criativo;
- CG6 – Trabalho e projeto de vida;
- CG7 – Argumentação;
- CG8 – Cultura digital;
- CG10 – Responsabilidade e cidadania.

6.25. O livro deverá incorporar no mínimo 12 (doze) textos contextualizados, distribuídos ao longo dos capítulos, que dialoguem com a Matemática por meio de gêneros variados, como notícias, reportagens, charges, textos científicos, culturais ou informativos, conectando conceitos matemáticos a situações reais da Amazônia e da Região Norte.

6.26. Os textos apresentados no material deverão possuir autoria e fontes explicitadas. O livro deverá incluir, no mínimo 2 (dois) textos representativos da produção cultural e intelectual do Estado do Pará, com referências explícitas ao contexto sociocultural paraense, utilizados como base para situações-problema e atividades matemáticas do cotidiano.

6.27. Cada capítulo deverá conter no mínimo 15 (quinze) questões objetivas no modelo SAEB, elaboradas a partir de situações-problema contextualizadas, com alternativas plausíveis e progressão de complexidade, alinhadas aos descritores avaliativos da matriz do SAEB.

6.28. Além das questões objetivas, cada capítulo deverá apresentar atividades discursivas, sendo exigido no mínimo 10 (dez) questões abertas por capítulo, distribuídas ao longo das seções, estimulando a explicação de procedimentos, a justificativa de respostas, a comparação de estratégias e o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático.

6.29. O livro deverá apresentar seções explícitas de Produção Textual Matemática em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos capítulos, nas quais os estudantes sejam convidados a explicar raciocínios, relatar estratégias de resolução, interpretar situações-problema e comunicar ideias matemáticas de forma clara e organizada.



6.30. O material deverá incluir propostas de produção textual orientada ou parcial, envolvendo práticas como resposta argumentativa, reescrita de soluções, reconstrução de sentidos a partir de gráficos, tabelas, imagens, esquemas e outras representações matemáticas, fortalecendo a leitura matemática em diferentes linguagens.

6.31. O livro deverá utilizar textos jornalísticos atuais, com datação e fontes explicitadas, sendo exigido que no mínimo 6 (seis) textos sejam de natureza jornalística, integrados a situações-problema que envolvam conteúdos matemáticos como porcentagens, gráficos, proporções, áreas, escalas e análise de dados reais.

6.32. Os textos e situações-problema deverão contemplar temas sociais contemporâneos relevantes, sendo exigido que no mínimo 8 (oito) textos ou contextos abordem explicitamente temas como meio ambiente e sustentabilidade, tecnologia e comportamento juvenil, desinformação, direitos e cidadania, cultura regional e identidade, sempre articulados aos conteúdos matemáticos.

6.33. O material deverá apresentar recursos pedagógicos complementares, como quadros explicativos, esquemas visuais e boxes conceituais, sendo exigida a presença de no mínimo 1 (um) recurso desse tipo por capítulo, com função clara de mediação, retomada ou aprofundamento dos conceitos matemáticos trabalhados.

6.34. O livro deverá integrar recursos digitais complementares, como QR Codes ou links educativos, sendo exigido no mínimo 3 (três) recursos multimodais, utilizados como apoio à análise matemática de dados, sequências, proporções, gráficos ou leitura de informações quantitativas.

6.35. Cada capítulo deverá contemplar ao menos 1 (uma) atividade explícita de oralidade matemática, incentivando a argumentação, o debate, a explicação de procedimentos e a construção coletiva de soluções a partir de situações-problema contextualizadas.

6.36. O material poderá utilizar situações didáticas contextualizadas com interlocutores fictícios, como recurso pedagógico para aproximar os conceitos matemáticos da vivência dos estudantes, sem prejuízo da objetividade conceitual e do rigor matemático.

6.37. O livro deverá incluir atividades de pesquisa matemática, sendo exigido no mínimo 2 (duas) atividades desse tipo, distribuídas ao longo da obra, incentivando a coleta, organização, análise e interpretação de dados e o uso da Matemática como ferramenta de compreensão da realidade.



6.38. LIVRO DIDÁTICO SAEB DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O FUNDAMENTAL MENOR – ITEM 3:

6.39. O Livro Didático SAEB de Língua Portuguesa para os Anos Iniciais (foco no 4º ano) deve apresentar organização progressiva alinhada às habilidades essenciais da BNCC e às Matrizes de Referência do SAEB. O material deve fortalecer as competências leitoras, interpretativas e linguísticas necessárias à elevação da proficiência no ciclo avaliativo.

6.40. O livro deve contemplar, no mínimo, as seguintes habilidades da BNCC para o 4º ano:

6.41. Leitura e compreensão

- EF35LP01 – Identificação de ideias principais/ secundárias.
- EF35LP02 – Inferências e relações lógico-discursivas.
- EF35LP03 – Reconhecimento de gêneros textuais.
- EF35LP04 – Análise de elementos linguísticos e multissemióticos.

6.42. Análise linguística / semiótica

- EF04LP04, EF04LP05 – Uso adequado de pronomes, conectores, verbos e tempos verbais.

6.43. Produção de textos

- EF35LP16, EF35LP18 – Estruturação, coesão, coerência e adequação aos gêneros trabalhados.

6.44. Oralidade

- Habilidades transversais relacionadas a argumentação, escuta ativa e síntese oral.

6.45. O livro deve incluir:

- itens modelo SAEB com níveis crescentes de complexidade;
- questões de múltipla escolha baseadas em textos reais;
- atividades de leitura guiada e estratégias de compreensão;
- trilhas de recomposição para habilidades com maior defasagem;
- uso de textos literários, jornalísticos, infográficos, tiras, poemas, charges e textos multimodais.

6.46. O livro deve desenvolver as Competências Gerais da BNCC mais relevantes para a área, especialmente:

- CG1 – Conhecimento (uso da leitura como instrumento de aprendizagem);
- CG4 – Comunicação (interpretação, argumentação, construção de sentidos);
- CG7 – Argumentação (análise crítica de textos, justificativa e posicionamento);
- CG8 – Cultura digital (leitura de textos multimodais);



- CG10 – Responsabilidade e cidadania (leitura ética, crítica e contextualizada).

6.47. O material deve ser elaborado em linguagem clara, acessível e adequada aos estudantes da rede pública, incorporando textos de diferentes gêneros e modalidades, uso de esquemas visuais, quadros explicativos e atividades de consolidação. A diagramação deve favorecer o uso articulado com os livros de questões e os simulados previstos neste ETP.

6.48. O objetivo é desenvolver leitura crítica, compreensão profunda e interpretação textual, assegurando domínio das habilidades avaliadas no SAEB e contribuindo para a melhoria dos resultados do município.

6.49. O livro didático deverá apresentar, ao longo de seus capítulos, quantidade adequada de itens avaliativos no formato SAEB, contemplando questões objetivas e discursivas, distribuídas de forma equilibrada, com progressão de complexidade e alinhamento às habilidades previstas para o 4º ano do Ensino Fundamental.

6.50. O material deverá incluir propostas diversificadas de atividades discursivas, envolvendo interpretação, produção de respostas escritas, reflexão sobre o texto e construção de sentidos, podendo contemplar práticas de escrita orientada, parcial ou integral, como reescrita, criação de títulos, reorganização textual e reformulação de trechos.

6.51. O livro deverá contemplar atividades sistemáticas de produção textual, distribuídas ao longo da obra, com orientações claras que favoreçam o planejamento, a escrita e a revisão de textos, respeitando os gêneros trabalhados e o nível de desenvolvimento dos estudantes.

6.52. Cada capítulo deverá prever atividades de oralidade, estimulando práticas como conversa dirigida, escuta ativa, participação em debates coletivos, relato de experiências e interação entre estudantes, textos e personagens, de modo a fortalecer a argumentação e a expressão oral.

6.53. O material poderá utilizar recursos pedagógicos recorrentes, como personagens ou elementos narrativos, com função mediadora no processo de aprendizagem, contribuindo para a contextualização dos conteúdos, a orientação das atividades e o engajamento dos estudantes ao longo da obra.

6.54. O livro deverá apresentar diversidade de gêneros textuais, contemplando textos literários, informativos, jornalísticos, científicos e multimodais, assegurando contato dos estudantes com diferentes formas de linguagem verbal e não verbal.



6.55. Os textos selecionados deverão abordar, de forma contextualizada, temas formativos relevantes para o desenvolvimento integral dos estudantes, como cidadania, convivência, ética, responsabilidade social, empatia, identidade cultural e meio ambiente.

6.56. O material deverá incluir textos que dialoguem com a realidade regional e cultural da Região Norte, valorizando elementos da cultura amazônica e paraense, com autoria e fontes devidamente identificadas, sempre que aplicável.

6.57. O livro poderá integrar recursos digitais complementares, como QR Codes ou links educativos, com a finalidade de ampliar a experiência de leitura, favorecer a multimodalidade e aprofundar conteúdos trabalhados nos capítulos.

6.58. O material deverá apresentar recursos pedagógicos de apoio à aprendizagem, como quadros explicativos, boxes temáticos, esquemas visuais ou seções de ampliação conceitual, com função clara de auxiliar a compreensão leitora e linguística.

6.59. Ao final dos capítulos, o livro poderá contemplar momentos de autoavaliação, incentivando o estudante a refletir sobre suas aprendizagens, avanços e dificuldades, de forma compatível com sua faixa etária.

6.60. O material deverá contemplar atividades lúdicas integradas ao processo de ensino-aprendizagem, como jogos pedagógicos, desafios linguísticos ou propostas criativas, utilizadas como estratégia complementar para consolidação dos conteúdos.

6.61. LIVRO DE QUESTÕES DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA – FUNDAMENTAL MENOR – ITEM 4:

6.62. O Livro de Questões deverá conter um conjunto estruturado de itens nos formatos utilizados pelo SAEB, incluindo múltipla escolha, problemas matemáticos contextualizados e questões de interpretação e análise de textos.

6.63. O material deve contemplar, no mínimo:

6.64. Língua Portuguesa

- interpretação textual;
- leitura de textos contínuos e não contínuos;
- inferências;
- análise de elementos linguísticos e multissemióticos.

6.65. Matemática

- operações fundamentais;
- problemas aritméticos;



- grandezas e medidas;
- geometria;
- tabelas e gráficos;
- raciocínio lógico.

6.66. O material deve apresentar, preferencialmente:

- orientações para professores sobre como utilizar os itens;
- referências às habilidades da BNCC trabalhadas em cada questão;
- espaço para resolução, comentários e autoavaliação do estudante;
- distribuição equilibrada entre os eixos temáticos de cada componente curricular.

6.67. O Livro deverá ser diagramado de forma clara, objetiva e acessível, com organização visual que facilite o trabalho docente e o estudo do aluno, permitindo uso articulado com os livros didáticos e com os simulados aplicados ao longo do programa preparatório.

6.68. O objetivo central do Livro de Questões é treinar o estudante no formato da avaliação nacional, promovendo familiaridade com a estrutura das provas, ampliando sua competência leitora e sua capacidade de resolução de problemas matemáticos, desenvolvendo autonomia e contribuindo para a melhoria do desempenho da rede municipal no SAEB 2027.

6.69. O livro de questões deve possuir páginas com adesivos que possuam emojis, que permitam ao aluno demonstrar o nível de dificuldade e outros aspectos das questões.

6.70. A exigência de páginas com adesivos nos livros tem como base uma orientação do Núcleo de Inclusão e Educação Especial da SEMED, que passou a adotar em 2025, materiais com recursos de acessibilidade incorporada. No caso dos estudantes com deficiência motora nos membros superiores, os adesivos eliminam a necessidade de recorte com tesoura ou escrita contínua, oferecendo uma forma prática, autônoma e funcional de interação com o conteúdo.

6.71. Esses alunos podem participar ativamente das atividades escolares, sem depender da mediação constante de adultos, garantindo equidade no acesso ao currículo e reduzindo barreiras no processo de aprendizagem.

6.72. Ao mesmo tempo, os adesivos também têm uma função interativa para os demais estudantes. Eles tornam o livro:

- Mais lúdico e atrativo;
- Mais conectado com práticas de colagem, associação e montagem de ideias;
- Mais dinâmico na forma como o conteúdo é apresentado e internalizado.



6.73. Trata-se, portanto, de um recurso que promove inclusão sem segregar, engajando todos os alunos, com e sem deficiência, no mesmo material de qualidade.

6.74. KIT DE PROVAS FUNDAMENTAL MENOR – ITEM 5:

6.75. O Kit de Provas para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais deverá consistir na aplicação de oito (08) conjuntos completos de simulados, elaborados no formato do SAEB, contendo provas de Língua Portuguesa e Matemática, com nível de complexidade e estrutura compatíveis com a avaliação nacional aplicada no 5º ano.

6.76. Cada kit deve incluir:

- prova impressa de Língua Portuguesa no formato SAEB;
- prova impressa de Matemática no formato SAEB;
- cartão-resposta padronizado, com campos para identificação do estudante e preenchimento adequado para leitura e tabulação dos dados;
- gabarito oficial das questões;
- folha de instruções para aplicação pela equipe escolar.

6.77. As provas devem apresentar:

- questões inéditas alinhadas à BNCC e às Matrizes de Referência do SAEB;
- diversidade de gêneros textuais, problemas matemáticos contextualizados e itens de múltipla escolha estruturados conforme o padrão do INEP;
- equilíbrio entre níveis baixos, intermediário e alto de complexidade.

6.78. A contratada deverá realizar a tabulação, análise estatística e devolutiva pedagógica dos resultados, fornecendo relatórios que contemplem, no mínimo:

- desempenho geral da rede, por escola e por turma;
- percentual de acertos por descritor e habilidade da BNCC;
- identificação de habilidades críticas e proficiências prioritárias;
- análises comparativas entre simulados;
- recomendações pedagógicas de intervenção.

6.79. Os relatórios deverão ser entregues em formato digital e/ou impresso, em prazo adequado para que as escolas planejem intervenções pedagógicas com base nos resultados. A devolutiva deve ser clara, objetiva e acessível, garantindo que as equipes pedagógicas compreendam as evidências e possam orientar o processo de recomposição da aprendizagem.



6.80. O Kit de Provas tem como finalidade monitorar o desenvolvimento das habilidades dos estudantes ao longo do programa preparatório, acompanhar a evolução da aprendizagem entre cada aplicação e antecipar dificuldades que podem impactar o desempenho no SAEB 2027. O material assegura avaliação contínua, planejamento baseado em evidências e intervenção pedagógica eficaz, contribuindo diretamente para a elevação das proficiências da rede municipal.

6.81. ACESSO A PORTAL EDUCATIVO – ITEM 6:

6.82. O portal educativo deverá disponibilizar ambiente digital completo para estudantes e professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, contendo videoaulas, trilhas de aprendizagem, materiais complementares, resoluções comentadas de questões, orientações pedagógicas e recursos interativos alinhados às habilidades da BNCC e às Matrizes de Referência do SAEB para Língua Portuguesa e Matemática.

6.83. O portal deve oferecer videoaulas organizadas por habilidade, estruturadas de forma progressiva, com foco na recomposição da aprendizagem e na preparação específica para o SAEB 2027. As videoaulas devem contemplar estudos de texto, estratégias de leitura, resolução de problemas matemáticos, análise de itens, práticas de interpretação e abordagens didáticas que apoiem o estudo autônomo dos estudantes.

6.84. Considerando as particularidades territoriais de Porto de Moz — com escolas localizadas em regiões ribeirinhas, áreas de difícil acesso e localidades com baixa ou instável conectividade à internet — o portal deverá obrigatoriamente possibilitar o acesso ao conteúdo de forma offline. Isso inclui a capacidade de download das videoaulas e dos materiais pedagógicos para reprodução sem necessidade de conexão contínua, garantindo equidade de acesso entre escolas urbanas, rurais e ribeirinhas.

6.85. O material deve ser compatível com diferentes dispositivos (computadores, tablets e celulares), permitindo que professores e estudantes utilizem o recurso mesmo em escolas que enfrentam limitações de infraestrutura tecnológica.

6.86. O portal também deve oferecer ferramentas de acompanhamento, permitindo que professores e gestores monitorem o uso dos conteúdos, acompanhem o progresso dos estudantes e identifiquem habilidades que necessitam de reforço ou intervenção pedagógica.

6.87. O acesso ao portal educativo tem como finalidade fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, ampliar o repertório de estudo dos estudantes, diversificar a metodologia de preparação para o SAEB e complementar os materiais impressos deste ETP. O recurso digital



contribui diretamente para a equidade pedagógica e para a melhoria dos indicadores de proficiência da rede municipal de Porto de Moz.

6.88. Requisitos de conteúdo

6.89. O site deve dialogar com os livros, e devem conter videoaulas sobre as habilidades do SAEB, devendo ser disponibilizados acessos eletrônicos para todos os alunos, professores, responsáveis e servidores que a SEMED indicar;

6.90. Dentro do portal, o docente deve ter acesso a instruções para a utilização dos vídeos possa ocorrer offline;

6.91. O portal deve conter uma área que possa ser acessada somente pelos professores e técnicos (indicados pela SEMED). Esta área deve contar com informações sobre como os respectivos alunos estão trilhando as aulas no portal;

6.92. Deve contar com configuração de trilhas de aprendizagem ou de pontuação por interação (sistema de gamificação);

6.93. Possuir ferramenta que controle o avanço dos estudantes entre os conteúdos, bloqueando o acesso a novos itens enquanto o critério de conclusão especificado para a atividade não for cumprido;

6.94. Possibilidade de hospedar as aulas feitas pelos próprios docentes da rede municipal de Porto de Moz;

6.95. Requisitos de Sistema

- Interface simples e intuitiva, para consumo de conteúdos;
- Toda a interface de comunicação do software deverá ser em língua portuguesa;
- Realizar a gestão (cadastro, atualização e suspensão) de usuários em massa;
- Realizar a gestão (cadastro, atualização e suspensão) de turmas em massa;
- Possuir uma ferramenta de gestão de “termos de uso” da plataforma.

6.96. Requisitos de Segurança

- Os ambientes devem possuir certificados de Secure Socker Layer (SSL);
- O ambiente online deve ser protegido e criptografado, tendo em vista de que lidará com dados particulares de professores e alunos do município, obedecendo a LGPD (lei 13709/2018);

6.97. Desta forma o lote único será composto por 06 itens.

7. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO:



7.1. Julgamento pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE.

7.2. A aceitação da proposta ficará condicionada à apresentação e aprovação das amostras do livro didático e do portal educacional, com caráter exclusivamente eliminatório, destinadas à verificação da conformidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas e pedagógicas deste Termo de Referência, não constituindo critério de julgamento da proposta. A avaliação das amostras observará, de forma objetiva, no mínimo, os seguintes aspectos:

I – Livro didático:

- a) alinhamento às competências e habilidades do SAEB;
- b) adequação metodológica à faixa etária dos estudantes do 4º ano;
- c) coerência com a proposta pedagógica apresentada;

II – Portal educacional:

- a) integração pedagógica com o livro didático;
- b) organização dos conteúdos por habilidades do SAEB;
- c) existência de recursos de acompanhamento pedagógico;
- d) possibilidade de uso em contextos de conectividade limitada, conforme especificado neste Termo de Referência.

8. QUANTITATIVOS E VALORES:

8.1. O valor estimado é de R\$ 2.397.766,64 (Dois milhões trezentos e noventa e sete mil setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) consolidado conforme pesquisa no sistema Banco de Preços.

ORÇAMENTO ESTIMADO					
FONTE:	BANCO DE PREÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O FUNDAMENTAL MENOR. Especificação: Encontros formativos (até 16h), presenciais, com palestras, oficinas, análise de itens SAEB, estudos de caso e simulações, conduzidos pelos autores dos livros e elaboradores dos simulados, incluindo: • contratação de formadores • transporte, hospedagem e	5	SERVIÇO	R\$ 146.824,00	R\$ 734.120,00



	alimentação dos palestrantes • buffet para até 400 participantes • materiais gráficos, certificados, brindes, ambientação e suporte audiovisual. Finalidade pedagógica: Qualificar o trabalho docente, alinhar a prática pedagógica aos materiais adotados, interpretar dados dos simulados e orientar intervenções pedagógicas baseadas em evidências.				
2	LIVRO DIDÁTICO SAEB DE MATEMÁTICA – 4º ANO. Especificação: Livro impresso (mín. 200 páginas, A4, 4x4 cores) contendo: • habilidades BNCC Fundamental Menor até o 4º ano • descritores do SAEB • situações-problema contextualizadas (Amazônia/Pará) • itens modelo SAEB • questões objetivas e discursivas • produção textual matemática • atividades de oralidade • textos jornalísticos e culturais • recursos visuais e QR Codes. Finalidade pedagógica: Desenvolver raciocínio lógico, leitura matemática e resolução de problemas, preparando o estudante para as exigências do SAEB no 5º ano.	1059	UNIDADE	R\$ 263,00	R\$ 278.517,00



3	LIVRO DIDÁTICO SAEB DE LÍNGUA PORTUGUESA – 4º ANO. Especificação: Livro impresso (mín. 200 páginas) com: • leitura e interpretação de textos • análise linguística e semiótica • produção textual • oralidade • itens SAEB progressivos • textos jornalísticos atuais • textos da cultura paraense • trilhas de recomposição • recursos visuais e digitais. Finalidade pedagógica: Fortalecer competência leitora, interpretação inferencial, argumentação e domínio linguístico exigidos no SAEB.	1059	UNIDADE	R\$ 371,60	R\$ 393.524,40
4	LIVRO DE QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA. Especificação: Livro específico de treino com: • questões inéditas no formato SAEB • identificação de habilidades BNCC • níveis de complexidade variados • trilhas de recomposição • espaço para resolução e folhas destacáveis de cartão resposta • folhas de adesivos com emojis para acessibilidade e engajamento. Finalidade pedagógica: Treinar o estudante no formato real da prova, apoiar o planejamento docente e promover inclusão e autonomia.	1059	UNIDADE	R\$ 210,00	R\$ 222.390,00



5	KIT DE PROVAS – SIMULADOS SAEB. Especificação: Conjunto de 8 simulados completos, cada um contendo: • prova de Língua Portuguesa • prova de Matemática • cartão-resposta padronizado • gabarito oficial • instruções de aplicação Inclui ainda: • frete • correção • tabulação • análise estatística • relatórios pedagógicos detalhados. Finalidade pedagógica: Monitorar a evolução da aprendizagem, identificar habilidades críticas e orientar intervenções pedagógicas contínuas.	1059	KIT	R\$ 193,06	R\$ 204.450,54
6	ACESSO AO PORTAL EDUCATIVO. Especificação: Plataforma digital com: • videoaulas por habilidade SAEB • trilhas de aprendizagem • resoluções comentadas • materiais complementares • gamificação • controle de progresso • área restrita para professores • acesso offline • compatibilidade com celular, tablet e PC. • quantidade total estimada de acessos por mês: 1059. • quantidade total estimada de acessos anual: 10590. Finalidade pedagógica: Garantir continuidade do estudo, equidade de acesso e apoio ao ensino em áreas ribeirinhas e de baixa conectividade.	10590	UNIDADE	R\$ 53,33	R\$ 564.764,70



VALOR TOTAL:

**R\$
2.397.766,64**

9. JUSTIFICATIVA E ESCLARECIMENTO PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS:

9.1. Informamos que a pesquisa de preços foi realizada com base no parâmetro do BANCO DE PREÇOS (www.bancodeprecos.com.br), datada de 06/01/2026.

9.2. A utilização desta plataforma atende rigorosamente aos parâmetros do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021, pois extrai dados diretamente de contratações públicas reais, Notas Fiscais e Atas de Registro de Preços.

9.3. O sistema permite a aplicação de filtros por data e especificações técnicas, garantindo que o preço estimado reflita a realidade mercadológica atual para soluções educacionais integradas com o nível de complexidade logística exigido para o Município de Porto de Moz.

10. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

10.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

10.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

11.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

12.1. O requisito básico é que a empresa seja qualificada, licenciada e/ou autorizada, com total competência para o fornecimento dos materiais e prestação dos serviços.

12.2. Sustentabilidade: Devem ser atendidos requisitos como materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

13. SUBCONTRATAÇÃO:

13.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

14. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

14.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:



15.1. O prazo de entrega dos objetos solicitados é de 10 (dez) dias úteis, contados da data do pedido. **15.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência.

16. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

16.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

18. FISCALIZAÇÃO:

18.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

18.2. *Fiscalização Técnica:*

18.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

18.2.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for



necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

18.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

18.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

18.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

18.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

18.3. *Fiscalização Administrativa:*

18.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

18.3.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

19. GESTOR DO CONTRATO:

19.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



19.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

19.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

19.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

19.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

19.6. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

19.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

20. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

20.1. Recebimento do Objeto:

20.1.1. Os materiais/serviços serão recebidos no local indicado pela secretaria, constante na ordem de compra e/ou serviço, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



20.1.2. Os bens e/ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

20.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

21. DA LIQUIDAÇÃO:

21.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

21.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



21.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

21.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

21.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

21.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

22. FORMA DE PAGAMENTO:

22.1. O pagamento será realizado por meio de ordem de serviço, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

22.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem de serviço para pagamento.

22.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



22.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

22.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento.

23. PRAZO PARA PAGAMENTO:

23.1. O pagamento será realizado por meio de ordem de serviço ou fornecimento, na agência e conta corrente indicados pelo contratado.

23.2. O pagamento será efetivado em até 10 (dez dias) úteis, a contar da liquidação da despesa, nos termos do inciso II do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

23.3. A Administração Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do § 4º do art. 8º Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

23.4. Nenhuma liquidação ou pagamento será efetuado enquanto a empresa estiver pendente de qualquer obrigação financeira e/ou documental, devendo apresentar juntamente com a fatura as certidões negativas relativas aos Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Trabalhistas e FGTS, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento, conforme disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

24. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

24.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

24.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, no Sistema de Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

24.1.2. Forma de fornecimento:

24.1.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

25. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

25.1. Considerando o objeto da licitação, caracterizado como solução educacional integrada, de natureza técnico-intelectual, e os riscos concretos identificados no Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à ineficácia de formações ministradas por formadores



genéricos e à necessidade de estrutura logística adequada para garantir a permanência e participação dos profissionais da educação, serão exigidas, além da documentação de Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômico-Financeira, as seguintes exigências de qualificação técnica:

25.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e/ou serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou ou executa, satisfatoriamente, materiais, produtos, equipamentos ou serviços correlatos aos constantes deste certame.

25.1.2. Declaração contendo a relação dos profissionais indicados para atuação como palestrantes e formadores nas formações docentes presenciais, acompanhada de seus respectivos currículos e comprovação de titulação acadêmica, devendo ser observado que no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos profissionais indicados possuam titulação de Mestre ou Doutor, em área compatível com a natureza do objeto.

25.1.3. Declaração de que as formações docentes presenciais serão ministradas diretamente pelos autores dos materiais didáticos ofertados, na condição de formadores principais, sendo vedada a condução das formações por palestrantes genéricos, replicadores de conteúdo ou profissionais desvinculados da autoria intelectual das obras.

Parágrafo único. Para fins deste item, considera-se autor o profissional responsável pela concepção intelectual, elaboração e organização pedagógica do material didático apresentado, não sendo admitida a substituição por equipes técnicas ou instrutores que não detenham tal responsabilidade.

25.2. Declaração contendo o detalhamento da logística de execução das formações, incluindo a estimativa das despesas com hospedagem, alimentação e transporte de formadores e participantes, reconhecendo-se tais elementos como condições essenciais à execução do objeto, conforme caracterização expressa no Estudo Técnico Preliminar, em razão da carga horária das formações, dos deslocamentos envolvidos e das condições territoriais do Município.

25.3. O atestado de capacidade técnica a ser apresentado deverá comprovar experiência da licitante na realização de formações docentes presenciais de natureza continuada, destinadas a redes públicas de ensino municipais ou estaduais, com fornecimento de estrutura logística essencial à execução das atividades, incluindo, obrigatoriamente, serviço de alimentação, nos



termos caracterizados no Estudo Técnico Preliminar, como condição material indispensável para a permanência, assiduidade e efetiva participação dos profissionais da educação.

25.4. Para assegurar a efetividade das exigências previstas nos itens 25.1.2 e 25.1.3, a licitante deverá apresentar instrumentos formais idôneos que demonstrem vínculo com os autores dos materiais didáticos ofertados, admitindo-se contratos, pré-contratos, termos de compromisso, cartas de intenção ou instrumentos equivalentes, inclusive condicionados à adjudicação, desde que evidenciem disponibilidade real e compromisso efetivo dos autores para atuação presencial como formadores no Município.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotação orçamentária Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz 2026

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

1602 FUNDEB

Dotação: 12 361 0002 2.036 Manutenção do Ensino Fundamental/Atividade “30”

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

1602 FUNDEB

Dotação: 12 361 0002 2.041 Implantação e manutenção do Projeto Novo EJA FUNDEB 30%

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

1602 FUNDEB

Dotação: 12 361 0002 2.042 Custeio do Fórum Municipal de Educação

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

1602 FUNDEB

Dotação: 12 361 0002 2.043 Manutenção Escola Tempo Integral



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO DE MOZ**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
Porto de Moz no rumo certo!



Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

1602 FUNDEB

Dotação: 12 361 0006 2.044 Manutenção de Unidades na Zona Rural Educação no Campo

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

1602 FUNDEB

Dotação: 12 365 0002 2.045 Manutenção da Educação Infantil – FUNDEB 30%

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

1602 FUNDEB

Dotação: 12 366 0002 2.048 Programa de Educação de Jovens e Adultos/ EJA FUNDEB 30%

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

2101 Fundo Municipal de Educação

Dotação: 12 122 0002 2.081 Manutenção da Secretaria de Educação

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

2101 Fundo Municipal de Educação

Dotação: 12 361 0002 2.085 Implantação e manutenção do Projeto Socorro

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO DE MOZ**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
Porto de Moz no rumo certo!



Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

2101 Fundo Municipal de Educação

Dotação: 12 361 0002 2.086 Custeio do Programa Mais Educação

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

2101 Fundo Municipal de Educação

Dotação: 12 361 0002 2.087 Custeio do Programa novo mais Alfabetização

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

2101 Fundo Municipal de Educação

Dotação: 12 361 0002 2.090 Ações Vinculadas ao QSE

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

Governo Municipal de Porto de Moz – Pará

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Educação de Porto de Moz

2101 Fundo Municipal de Educação

Dotação: 12 361 0002 2.091 Programa Brasil Escola

Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 Material de consumo

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

27.1. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência;

27.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

27.3. Solicitar a troca dos serviços/produtos devolvidos mediante comunicação a ser feita pelo Fiscal do Contrato;

27.4. Solicitar, por intermédio de Ordem/Requisição de Produto/Serviço, por servidor designado para este fim, a execução dos serviços contratados;



27.5. Comunicar à Contratada, qualquer irregularidade durante a execução contratual e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso;

27.6. Realizar os pagamentos devidos nas datas aprazadas.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

28.1. Cumprir fielmente as exigências da Administração Municipal, naquilo que não contrariar o aqui previsto;

28.2. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Administração Municipal, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

28.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração Municipal;

28.4. Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato;

28.5. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Administração Municipal quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados;

28.6. Efetuar os serviços/fornecimentos de acordo com as necessidades da Unidade Requisitante, após o recebimento de requisições expedidas pelo Setor competente;

28.7. Comunicar ao Setor competente por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

28.8. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

28.9. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, tributos e benefícios. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

28.10. Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização;

28.11. Utilizar materiais de primeira qualidade, observando o registro nos órgãos competentes e o prazo de validade;

28.12. Cumprir fielmente todas as disposições deste Termo de Referência, bem como as disposições contratuais.

29. DA FISCALIZAÇÃO:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO DE MOZ**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

Porto de Moz no rumo certo!



29.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por agente público formalmente designado pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de verificar o cumprimento das obrigações pactuadas, podendo este ser assistido por equipe de apoio ou por terceiros contratados especializados, quando necessário.

29.2. O fiscal designado deverá registrar todas as ocorrências relevantes para a boa execução contratual, comunicando à autoridade competente do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ou situações que demandem providências além de sua competência.

29.3. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração, devidamente identificado, durante toda a vigência contratual, para representá-la nas tratativas operacionais e administrativas, bem como prestar os esclarecimentos e atender às solicitações relativas à execução dos serviços contratados.

30. DAS PENALIDADES:

30.1. A empresa que se recusar a executar o fornecimento do objeto contratual motivará a rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas nos artigos 156 ao 163 da Lei 14.133/21.

Porto de Moz – PA, 29 de janeiro de 2026.

DILCILENE TENORIO DE SOUSA
CAMPOS:30208041249
DILCILENE TENORIO DE SOUSA CAMPOS
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 084/2025/GAB/PMPMZ

Assinado de forma digital
por DILCILENE TENORIO
DE SOUSA
CAMPOS:30208041249



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A

Prefeitura Municipal de Porto de Moz

Departamento de Licitação

Prezado Sr. Pregoeiro:

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, propõe à Prefeitura Municipal de Porto de Moz, a entrega dos serviços abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Valor total da proposta R\$ 00,00 (-----)

b) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços desta Licitação.

c) O prazo de entrega dos produtos/serviços é de _ (____) a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de serviço.

d) A entrega do objeto será feita nos locais indicados pela Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Porto de Moz, mediante a apresentação da solicitação/ordem de serviço, sem nenhum ônus para essa Prefeitura.

e) Prazo de validade da proposta: (no mínimo de 90 dias).

f) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho/ordem de compra/serviço no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

g) Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente)

h) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome e Cargo do Representante da Empresa
RG nº _____



ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº ____/2026

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pelo Decreto nº de de de 202..., publicada no de de de, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [*do edital de Licitação nº/20...*], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca</i> (<i>se exigida no edital</i>)	<i>Modelo</i> (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)



3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Municipal que não participaram do procedimento de licitação poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;



5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá



cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2024.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO DE MOZ
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

Porto de Moz no rumo certo!



10.2.É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2024).

10.3.O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2.*No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026

CONTRATO Nº XXXXX

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xxxxx

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xxxxxxxxx/26

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº XXXXXXX , QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ, , CNPJ-MF Nº xxxxxxxxxxxxxx, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e do outro lado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ/CPF CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do(a) CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, têm justo e contratado o seguinte:

1. DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX , que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº xxx/2026, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Itens Contratados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como na licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP, nº xxx/2026.



3. DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas no processo licitatório nº xxx/2026 e neste termo contratual;

3.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

I - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

3.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que gerou este Contrato, decorrente do(a) PREGÃO ELETRÔNICO SRP de nº xxx/2026.

3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos produtos/serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.



- 3.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com os produtos/serviços.
- 3.11.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- 3.12.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 3.13.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 3.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos produtos/serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 3.15.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 3.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 3.17.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 3.18.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 3.19.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 3.20.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 3.21.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.22.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;



3.24. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

4.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

4.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

4.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA.

4.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos produtos/serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para a entrega dos produtos/serviços objeto do contrato;

4.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos produtos/serviços, após seu recebimento;

4.10. Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;



- 4.11.** Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 4.12.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 4.13.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 4.14.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 4.15.** Fica designado servidor o(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador do RG nº **XXXXXX** e do CPF Nº **XXXXXXXXXXXX**, para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência deste instrumento contratual iniciará na data de sua assinatura, extinguindo-se em **XXXXXXXXXX**, podendo ser prorrogado de acordo com os termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- I** - Esteja formalmente demonstrado que a forma de execução do contrato tem natureza continuada;
- II** - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os produtos/serviços tenham sido fornecido regularmente;
- III** - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na execução do objeto;
- IV** - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- V** - Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- VI** - Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

6. DA RESCISÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- I** - Der causa à inexecução parcial do contrato;



- II** - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos produtos/serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Der causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- IX** - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I** - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II** - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem **7.1** deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III** - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem **7.1** deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

- a)** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b)** Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

7.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).



I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

7.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



8. DO VALOR E DO PAGAMENTO

8.1. O valor total da presente avença é de R\$ xxxxxxxx (valor por extenso).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o(a) SECRETARIA/ÓRGÃO atestar a execução do objeto do contrato.

8.5. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

8.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

8.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

8.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



8.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.12. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 124, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Caso o IPCA venha a ser extinto) ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) PREFEITURA MUNICIPAL/FUNDO MUNICIPAL, na dotação orçamentária Exercício 2026 Atividade XXXXXXXXXXXXXXXX, Classificação econômica XXXXXXXXXXXXXXXX, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a)** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b)** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c)** Indenizações e multas.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO DE MOZ**
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
Porto de Moz no rumo certo!



13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Porto de Moz, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Porto de Moz - PA, __/__/__

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ(MF) XXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO(A)